

## AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO (sem realização de obras)

### OBJETIVO

Definir o modo de instrução do pedido de autorização de alteração da utilização de edifícios ou suas frações, nos termos do n.º 5 do art.º 4.º do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação vigente, com instrução definida no anexo I do n.º 26 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril.

### ÂMBITO

Pedido de autorização de alteração da utilização de edifícios ou suas frações.

### DOCUMENTOS QUE DEVEM INSTRUIR O PROCESSO (a)

- ☐ Requerimento **Imp-DOPAA/GU-07-01** (a obter no Atendimento e Expediente Geral ou em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt));
- ☐ Cópia do Bilhete de identidade; ☐ Cópia do Cartão de Contribuinte; Ou ☐ Cópia do Cartão de Cidadão;
- ☐ Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; **(b)**
- ☐ Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial, quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais; **(b)**
- ☐ Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;
- ☐ Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em plantas de localização fornecida pela câmara municipal ou em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt); ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município, e extrato da carta de ordenamento do PDM;
- ☐ Memória descritiva contendo:
  - a) Caracterização da operação urbanística;
  - b) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
  - c) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
  - d) Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
  - e) Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
  - f) Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;
- ☐ Cópia do alvará de licença ou autorização de utilização anterior, quando exista;
- ☐ Cópia da ata do condomínio, onde conste a deliberação a autorizar a alteração de uso, se aplicável;
- ☐ Quadro sinóptico, contendo as áreas existentes no alvará de autorização anterior e as áreas propostas de entre as seguintes: área bruta; área habitável e área útil;
- ☐ Ficha com os elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de junho - Questionário Q6 a obter em [www.ine.pt](http://www.ine.pt);

**AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO (sem realização de obras)**

- ☐ Planta de localização à escala 1/2000 assinalando devidamente os limites da área objeto da operação a fornecer na Secção de Atendimento ao Público ou em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt);
- ☐ Planta e corte do edifício ou da fração com identificação do respetivo prédio; **(c)**

**Notas:**

**(a)** Caso não exista no processo administrativo;

**(b)** Com cópia para autenticar ou uma cópia autenticada. Certidão do registo predial em suporte digital ou facultando o código de acesso ao respetivo sítio da internet. Quando o requerente é uma pessoa coletiva, deverá ser entregue certidão permanente do registo comercial, ou código de acesso ao respetivo sítio na internet. Quando o requerente é arrendatário do imóvel, deverá ser entregue contrato de arrendamento assim como a devida autorização para efetuar a operação urbanística, quando o contrato não o preveja. Nas situações em que ocorra alteração de uso, em prédio constituído em regime de propriedade horizontal, deverá ser entregue autorização de dois terços dos proprietários do prédio, através de declaração com cópia dos bilhetes de identidade ou cartões do cidadão e certidões do registo de propriedade ou ainda através de ata do condomínio quando este esteja constituído;

**(c)** As peças escritas devem respeitar o formato A4. Os elementos instrutórios devem incluir um índice que indique os documentos apresentados e estes devem ser paginados. As peças desenhadas devem incluir legendas, contendo todos os elementos necessários à identificação da peça: o nome do requerente, a localização, o número do desenho, a escala, a especificação da peça desenhada e o nome do autor do projeto. Todas as peças escritas e desenhadas dos projetos devem ser datadas e assinadas pelo autor ou autores do projeto. As escalas indicadas nos desenhos não dispensam a cotagem, quer nos desenhos com as cores convencionais, quer nos desenhos com a proposta final. Quando a operação urbanística se situe em área sujeita a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, que a torne suscetível de consultas externas ou é referente aos empreendimentos turísticos previstos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do art.º 4.º e na alínea c) do n.º 3 do art.º 18.º do DL n.º 39/2008, de 07 de março, na redação vigente, deverá ser apresentada cópia em formato digital.